



COLEÇÃO
ESTUDOS
CARIOCAS

Patrimônio, memória e poder na cidade contemporânea: disputas, colonialidade e transformações urbanas no Rio de Janeiro

Heritage, memory, and power in the contemporary city: disputes, coloniality, and urban transformations in Rio de Janeiro

Patrimonio, memoria y poder en la ciudad contemporánea: disputas, colonialidad y transformaciones urbanas en Río de Janeiro

Diego Marques dos Santos Ramos¹

¹ Centro Universitário UNILASALLE-RJ, Rua Gastão Gonçalves, 79 – Santa Rosa, Niterói (RJ),
ORCID: 0009-0003-1229-3170, prof.diego.ramos@soulasalle.com.br

Resumo

O presente artigo analisa o patrimônio cultural como processo político, social e espacial articulado às disputas de memória e produção da cidade contemporânea, com foco no Rio de Janeiro. A partir de revisão bibliográfica interdisciplinar e análise crítica de casos urbanos emblemáticos, discute-se como os processos de patrimonialização reproduzem estruturas seletivas vinculadas à colonialidade do poder e à legitimação de narrativas hegemônicas. Fundamentado em autores do patrimônio, urbanismo e pensamento decolonial, o estudo problematiza as tensões entre preservação, transformação urbana e justiça espacial, evidenciando mecanismos de invisibilização de territórios negros, periféricos e populares e defendendo abordagens patrimoniais inclusivas e críticas.

Palavras-chave: patrimônio cultural; transformações urbanas; poder simbólico

Abstract

This article analyzes cultural heritage as a political, social, and spatial process linked to disputes over memory and the production of the contemporary city, focusing on Rio de Janeiro. Based on an interdisciplinary literature review and critical analysis of emblematic urban cases, the study discusses how patrimonialization processes reproduce selective structures associated with the coloniality of power and the legitimization of hegemonic narratives. Grounded in heritage studies, urban theory, and decolonial thought, the article problematizes the tensions between preservation, urban transformation, and spatial justice, highlighting mechanisms of invisibilization affecting Black, peripheral, and popular territories, while advocating for critical, inclusive, and socially integrated heritage approaches.

Keywords: cultural heritage; urban transformations; symbolic power

Resumen

El presente artículo analiza el patrimonio cultural como un proceso político, social y espacial articulado a las disputas por la memoria y la producción de la ciudad contemporánea, con énfasis en Río de Janeiro. A partir de una revisión bibliográfica interdisciplinaria y del análisis crítico de casos urbanos emblemáticos, el estudio discute cómo los procesos de patrimonialización reproducen estructuras selectivas vinculadas a la colonialidad del poder y a la legitimación de narrativas hegemónicas. Fundamentado en estudios patrimoniales, teoría urbana y pensamiento decolonial, el artículo problematiza las tensiones entre preservación, transformación urbana y justicia espacial, evidenciando mecanismos de invisibilización de territorios negros, periféricos y populares, y defendiendo enfoques patrimoniales críticos, inclusivos e integrados socialmente.

Palabras clave: patrimonio cultural; transformaciones urbanas; poder simbólico

Volume
14

Edição
3

*Autor(a) correspondente
prof.diego.ramos@soulasalle.com.br

Submetido em 16 abr 2026

Aceito em 14 mai 2026

Publicado em 07 ago 2026

Como Citar?

RAMOS, D. M. S.

Patrimônio, memória e poder
na cidade contemporânea:
disputas, colonialidade e
transformações urbanas no
Rio de Janeiro. *Coleção
Estudos Cariocas*, v. 14, n.
1, 2026.

DOI: 10.71256/19847203.14.3.225.2026

O artigo foi
originalmente submetido
em PORTUGUÊS. As
traduções para outros
idiomas foram revisadas e
validadas pelos autores e
pela equipe editorial. No
entanto, para a
representação mais
precisa do tema
abordado, recomenda-se
que os leitores consultem
o artigo em seu idioma
original.



1 Introdução

O patrimônio cultural, no contexto contemporâneo, não pode mais ser compreendido apenas como um conjunto neutro de bens herdados destinados à preservação acrítica do passado. Ao contrário, trata-se de um campo profundamente atravessado por disputas políticas, relações de poder, conflitos simbólicos e mecanismos de legitimação social que determinam aquilo que deve ser lembrado, monumentalizado e preservado, bem como aquilo que pode ser silenciado, marginalizado ou apagado da memória coletiva. Nesse sentido, o patrimônio deixa de configurar-se exclusivamente como herança material e passa a ser entendido como construção histórica, social e epistemológica continuamente reinterpretada pelas sociedades.

Conforme argumenta Choay (2011), o patrimônio não constitui um dado natural ou espontâneo, mas uma invenção histórica vinculada às formas pelas quais as sociedades modernas passaram a relacionar-se com o tempo, com a memória e com a ideia de permanência. A institucionalização patrimonial emerge, portanto, associada à necessidade de seleção de determinados vestígios históricos considerados representativos de uma narrativa coletiva. Tal perspectiva desloca o patrimônio de uma compreensão meramente conservacionista para uma abordagem crítica, capaz de reconhecer os interesses políticos e culturais que atravessam os processos de patrimonialização.

A relação entre patrimônio e memória revela-se central neste debate. Para Nora (1993), os chamados “lugares de memória” emergem justamente quando a memória viva se fragiliza, tornando necessária sua materialização em monumentos, edifícios, arquivos e marcos urbanos. Entretanto, essa materialização não ocorre de forma neutra. Toda memória institucionalizada pressupõe operações seletivas que organizam quais experiências históricas serão reconhecidas como legítimas e quais permanecerão invisíveis. O patrimônio, nesse contexto, atua simultaneamente como suporte de memória e mecanismo de produção simbólica do passado.

Essa dimensão seletiva do patrimônio torna-se ainda mais evidente quando articulada às contribuições do pensamento decolonial latino-americano. A partir de Quijano (2005), compreende-se que a colonialidade do poder não se restringe ao período colonial formal, mas permanece estruturando as formas contemporâneas de organização social, cultural, econômica e epistemológica. As hierarquias raciais e culturais instituídas durante a colonização continuam operando na produção dos saberes, das espacialidades urbanas e das narrativas históricas consideradas legítimas.

Nesse sentido, a colonialidade não atua apenas sobre os corpos e territórios, mas também sobre os regimes de memória. O patrimônio cultural passa, então, a integrar dispositivos de legitimação de determinadas versões da história urbana, frequentemente vinculadas às elites políticas, econômicas e culturais, enquanto outras experiências permanecem marginalizadas. O processo patrimonial, portanto, não apenas preserva memórias: ele também produz esquecimentos.

No contexto latino-americano — e de maneira particularmente expressiva na cidade do Rio de Janeiro — os processos de patrimonialização historicamente privilegiaram referências coloniais, imperiais e republicanas associadas às estruturas de poder estatal e às elites urbanas. Em contrapartida, territórios negros, indígenas, periféricos e populares foram frequentemente invisibilizados pelas políticas oficiais de preservação. Essa seletividade patrimonial evidencia que o espaço urbano não constitui apenas suporte físico das relações sociais, mas também território de disputa simbólica.

A cidade do Rio de Janeiro apresenta-se como um caso emblemático dessas tensões. Marcada por profundas desigualdades socioespaciais, por uma história diretamente vinculada à escravidão atlântica e por intensos processos de transformação urbana, a cidade expressa de forma contundente as disputas entre memória, patrimônio e poder. Enquanto determinados espaços urbanos foram

monumentalizados como símbolos da história oficial da cidade, outros permaneceram historicamente marginalizados, apesar de sua relevância fundamental para a formação cultural carioca.

Territórios como a Praça XV de Novembro, vinculados às estruturas coloniais e administrativas do poder estatal, consolidaram-se como referências centrais da memória institucional da cidade. Por outro lado, espaços como a Pequena África e o Cais do Valongo — profundamente relacionados à presença negra, à diáspora africana e às experiências de resistência cultural — tiveram reconhecimento patrimonial tardio, revelando os limites históricos das políticas de preservação brasileiras.

Essa dinâmica evidencia que o patrimônio não pode ser dissociado das formas de produção do espaço urbano. Conforme Lefebvre (2006), o espaço é continuamente produzido pelas relações sociais, econômicas e políticas, constituindo-se simultaneamente como produto e produtor das dinâmicas urbanas. O patrimônio, inserido nesse processo, participa ativamente da construção das identidades urbanas, das hierarquias espaciais e das formas de pertencimento social.

Harvey (2005) aprofunda essa reflexão ao demonstrar que o controle sobre o espaço urbano constitui uma das formas mais importantes de exercício do poder social. Os processos de patrimonialização, nesse contexto, podem operar tanto como instrumentos de valorização cultural quanto como mecanismos de exclusão territorial e simbólica. A preservação patrimonial deixa, portanto, de configurar-se apenas como prática técnica de conservação e passa a integrar disputas mais amplas pelo direito à cidade.

A partir dessas perspectivas, o presente artigo busca analisar o patrimônio cultural edificado como processo relacional, político e espacial articulado às dinâmicas urbanas contemporâneas, tomando como objeto central a cidade do Rio de Janeiro. O estudo investiga como os processos de patrimonialização contribuíram historicamente para consolidar determinadas narrativas urbanas, ao mesmo tempo em que marginalizaram outras experiências sociais e culturais.

Metodologicamente, o trabalho estrutura-se a partir de revisão bibliográfica interdisciplinar, articulando autores do campo do patrimônio, urbanismo, memória e pensamento decolonial, associada à análise crítica de casos urbanos emblemáticos da cidade do Rio de Janeiro, especialmente os processos relacionados à Praça XV, à Pequena África e ao Cais do Valongo.

Defende-se, por fim, que o patrimônio deve ser compreendido não apenas como herança material, mas como campo de disputa epistemológica, política e urbana. Preservar implica selecionar, interpretar e atribuir sentidos ao passado, sendo necessário reconhecer que tais escolhas possuem impactos diretos sobre as formas de pertencimento, reconhecimento e produção da cidade contemporânea.

2 Patrimônio, memória e colonialidade

O conceito moderno de patrimônio consolida-se no contexto europeu a partir do século XIX, especialmente em meio às transformações políticas, sociais e culturais desencadeadas pela Revolução Francesa e pela formação dos Estados nacionais modernos. Nesse cenário, a preservação de monumentos e edifícios históricos passa a adquirir centralidade como instrumento de construção de identidades coletivas e legitimação de narrativas nacionais. Conforme destaca Choay (2011), o patrimônio surge associado à necessidade de mediação entre passado e presente, funcionando como mecanismo de estabilização simbólica diante das rupturas produzidas pela modernidade.

Entretanto, compreender o patrimônio apenas como expressão de continuidade histórica revela-se insuficiente diante das complexidades contemporâneas. O patrimônio constitui, sobretudo, uma construção social continuamente produzida por relações de poder, interesses institucionais e disputas simbólicas. A seleção daquilo

que deve ser preservado não ocorre de forma espontânea ou universal, mas a partir de critérios históricos e culturais profundamente atravessados por hierarquias políticas e epistemológicas.

Nesse sentido, a perspectiva decolonial oferece importante contribuição crítica para a compreensão dos processos patrimoniais latino-americanos. Conforme argumenta Quijano (2005), a colonialidade do poder estrutura-se como padrão duradouro de dominação que articula raça, trabalho, conhecimento e cultura, permanecendo operante mesmo após o fim do colonialismo formal. As formas contemporâneas de produção da memória urbana e do patrimônio cultural permanecem profundamente vinculadas a essa matriz colonial de poder.

A colonialidade opera também sobre os regimes de memória. Determinadas espacialidades urbanas tornam-se dignas de monumentalização e reconhecimento institucional, enquanto outras experiências históricas permanecem marginalizadas ou invisibilizadas. O patrimônio, portanto, não apenas preserva o passado, mas organiza hierarquias de memória.

No caso brasileiro, os processos de patrimonialização foram historicamente conduzidos a partir de referenciais estéticos e culturais associados às elites coloniais e republicanas. A institucionalização do patrimônio no século XX privilegiou monumentos vinculados às estruturas de poder político, religioso e econômico, reforçando uma narrativa oficial centrada na herança europeia e na monumentalidade arquitetônica.

Na cidade do Rio de Janeiro, essa lógica manifesta-se de maneira particularmente expressiva. O centro histórico consolidou-se como espaço privilegiado das políticas de preservação, concentrando edifícios administrativos, igrejas, palácios e marcos urbanos associados à história colonial e imperial brasileira. Em contrapartida, territórios negros e populares fundamentais para a constituição cultural da cidade permaneceram durante décadas à margem do reconhecimento institucional.

A região da Pequena África exemplifica esse processo. Historicamente vinculada à presença negra, às manifestações culturais afro-brasileiras, à religiosidade de matriz africana e à consolidação do samba urbano carioca, a área permaneceu por longo período invisibilizada pelas políticas patrimoniais tradicionais. Sua relevância para a formação social e cultural da cidade contrasta diretamente com o reconhecimento tardio de sua importância histórica.

O caso do Cais do Valongo torna essa dinâmica ainda mais evidente. Principal porto de entrada de africanos escravizados nas Américas, o espaço permaneceu soterrado — física e simbolicamente — durante décadas. Seu reconhecimento como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) revela simultaneamente sua importância histórica e a dificuldade das políticas patrimoniais em lidar com memórias traumáticas vinculadas à escravidão.

Essa seletividade patrimonial evidencia que a cidade não constitui apenas território material, mas também construção narrativa. Conforme Mbembe (2018), os regimes de poder contemporâneos operam igualmente pela administração das visibilidades e invisibilidades sociais. Certos corpos, territórios e experiências históricas são constantemente deslocados para zonas de marginalidade simbólica.

Dessa forma, a análise do patrimônio exige compreender não apenas aquilo que foi preservado, mas também aquilo que foi apagado, negligenciado ou silenciado. O patrimônio urbano carioca revela-se, assim, como campo de disputa no qual memória, colonialidade e produção espacial articulam-se continuamente na construção das narrativas urbanas contemporâneas.

2.1 Patrimônio e racismo estrutural urbano

A compreensão do patrimônio cultural no Rio de Janeiro torna-se ainda mais complexa quando articulada às dinâmicas do racismo estrutural que historicamente

conformam a produção do espaço urbano brasileiro. O patrimônio não atua apenas como instrumento de preservação cultural, mas também como mecanismo de legitimação simbólica de determinadas narrativas históricas e espacialidades urbanas. Nesse sentido, os processos patrimoniais encontram-se profundamente vinculados às estruturas raciais que organizaram a formação social brasileira.

Conforme argumenta Almeida (2019), o racismo estrutural não pode ser compreendido apenas como conjunto de práticas discriminatórias individuais, mas como lógica organizadora das instituições, das relações sociais e das formas de produção da vida urbana. As desigualdades raciais não aparecem como distorções ocasionais da sociedade brasileira, mas como elementos constitutivos de sua própria formação histórica.

No campo patrimonial, essa estrutura manifesta-se por meio da seleção desigual das memórias consideradas legítimas. Determinadas arquiteturas, monumentos e paisagens urbanas foram historicamente reconhecidos como representativos da identidade nacional, enquanto outros territórios e experiências culturais permaneceram invisibilizados. O patrimônio, portanto, participa ativamente da construção das hierarquias urbanas e simbólicas da cidade.

A perspectiva de Bourdieu (1989) permite aprofundar essa discussão ao compreender o poder simbólico como capacidade de legitimação social de determinadas representações do mundo. No campo patrimonial, o poder simbólico manifesta-se na naturalização de determinadas memórias urbanas como universais, ocultando os mecanismos históricos de exclusão que estruturaram sua consolidação institucional.

Na cidade do Rio de Janeiro, essa dinâmica torna-se particularmente evidente quando observamos os processos de modernização urbana ocorridos entre o final do século XIX e o início do século XX. As reformas implementadas por Pereira Passos buscaram alinhar a capital brasileira aos modelos europeus de urbanidade, promovendo intervenções urbanas profundamente vinculadas às ideias higienistas e civilizatórias da época.

A abertura da Avenida Central — atual Avenida Rio Branco — implicou a demolição de extensas áreas populares do centro urbano, provocando o deslocamento de milhares de habitantes pobres e negros. O processo de “embelezamento” da cidade esteve diretamente associado à tentativa de apagamento das espacialidades urbanas vinculadas à população negra e às camadas populares.

Nesse contexto, o patrimônio urbano consolidou-se simultaneamente como instrumento de monumentalização das elites e de invisibilização de outras experiências sociais. As políticas urbanas e patrimoniais passaram a atuar conjuntamente na produção de uma cidade formalmente moderna, mas profundamente marcada pela exclusão racial e territorial.

A região da Pequena África evidencia de forma contundente essa contradição. Apesar de sua importância fundamental para a constituição da cultura afro-brasileira urbana — especialmente no desenvolvimento do samba, das religiões de matriz africana e das formas de sociabilidade negra carioca — o território permaneceu historicamente marginalizado pelas políticas oficiais de preservação.

Conforme argumenta Gonzalez (2020), a produção cultural negra no Brasil foi continuamente submetida a mecanismos de subalternização e invisibilização. A cidade moderna brasileira estruturou-se a partir de uma lógica racializada que deslocou determinados corpos e territorialidades para zonas de marginalidade urbana e simbólica.

Essa dinâmica pode ser observada também no reconhecimento tardio do Cais do Valongo. Principal porto de entrada de africanos escravizados nas Américas, o espaço permaneceu soterrado durante décadas sob as sucessivas reformas urbanas da cidade. Sua redescoberta arqueológica e posterior reconhecimento

internacional revelam não apenas sua importância histórica, mas também a dificuldade institucional de lidar com as memórias traumáticas da escravidão.

Mbembe (2018) contribui para essa reflexão ao demonstrar que as formas contemporâneas de poder operam igualmente pela administração das vidas consideradas descartáveis ou invisíveis. A necropolítica manifesta-se também na produção das memórias urbanas, determinando quais histórias serão monumentalizadas e quais permanecerão submetidas ao esquecimento estrutural.

Fanon (1968), por sua vez, permite compreender como os processos coloniais produzem impactos não apenas materiais, mas também subjetivos. A invisibilização histórica de determinados grupos sociais interfere diretamente na construção das formas de pertencimento e reconhecimento urbano. A ausência de referências patrimoniais vinculadas às populações negras compromete a própria possibilidade de reconhecimento desses sujeitos na cidade.

O patrimônio urbano carioca revela-se, assim, profundamente atravessado pelas desigualdades raciais que estruturaram historicamente a sociedade brasileira. A distribuição desigual do reconhecimento patrimonial evidencia que a preservação cultural não constitui apenas questão técnica ou administrativa, mas disputa política diretamente relacionada à produção da memória coletiva e às formas de representação da cidade.

Dessa forma, a construção de políticas patrimoniais mais inclusivas exige não apenas ampliação do repertório de bens reconhecidos, mas revisão crítica dos próprios critérios que historicamente orientaram os processos de preservação. Incorporar perspectivas decoloniais implica reconhecer que o patrimônio não representa uma memória universal, mas um campo continuamente atravessado por conflitos epistemológicos, raciais e espaciais.

3 O Patrimônio como produção da memória

Nas últimas décadas, o campo patrimonial passou por significativo processo de ampliação conceitual. O patrimônio deixou de ser compreendido exclusivamente como conjunto de bens materiais excepcionais destinados à contemplação histórica e passou a ser interpretado como processo social dinâmico, articulado às dimensões simbólicas, afetivas, políticas e culturais da vida urbana contemporânea.

Essa transformação conceitual desloca o patrimônio de uma lógica baseada exclusivamente na monumentalidade arquitetônica para uma compreensão mais ampla, capaz de reconhecer práticas culturais, experiências urbanas, territorialidades e formas de pertencimento social. O patrimônio deixa, assim, de constituir apenas herança material e passa a configurar-se como mecanismo de produção de memória coletiva.

Conforme argumenta Nora (1993), os “lugares de memória” emergem justamente em contextos nos quais a memória viva se encontra ameaçada. O patrimônio atua, nesse sentido, como tentativa de estabilização simbólica do passado diante das transformações aceleradas da modernidade. Monumentos, edifícios, praças e territórios urbanos tornam-se suportes materiais da memória social.

Entretanto, a memória não constitui fenômeno espontâneo ou homogêneo. Conforme Halbwachs (2003), toda memória é socialmente construída a partir de quadros coletivos que organizam aquilo que deve ser lembrado. A memória coletiva depende das estruturas sociais que a sustentam e dos mecanismos institucionais que legitimam determinadas narrativas em detrimento de outras.

O patrimônio participa ativamente desse processo. Ao selecionar determinados edifícios, paisagens e espacialidades urbanas como representativos da história coletiva, as políticas patrimoniais contribuem para organizar os regimes de memória da cidade. Preservar significa também atribuir legitimidade histórica.

Pollak (1989) aprofunda essa discussão ao abordar a existência das chamadas “memórias subterrâneas”, ou seja, experiências históricas silenciadas pelos

discursos oficiais. Certas memórias permanecem marginalizadas não por ausência de relevância histórica, mas em razão das estruturas de poder que regulam os mecanismos de reconhecimento institucional.

Na cidade do Rio de Janeiro, essa dinâmica manifesta-se de maneira particularmente intensa. A memória urbana carioca não se organiza como narrativa homogênea, mas como campo fragmentado de disputas simbólicas. O patrimônio oficial historicamente privilegiou referências coloniais e republicanas vinculadas às estruturas estatais de poder, enquanto outras territorialidades permanecem invisibilizadas.

A Praça XV de Novembro constitui exemplo emblemático desse processo. Espaço historicamente associado às estruturas administrativas coloniais e imperiais, a região consolidou-se como importante símbolo da memória institucional brasileira. Seus edifícios históricos, igrejas e monumentos passaram a representar oficialmente determinadas narrativas sobre a história nacional.

Por outro lado, territórios como a Pequena África evidenciam a persistência de memórias urbanas historicamente marginalizadas. Apesar de sua centralidade para a formação cultural carioca, a região permaneceu durante décadas submetida a processos de invisibilização patrimonial. A memória negra urbana foi frequentemente deslocada para zonas secundárias das narrativas oficiais da cidade.

Essa disputa pela memória urbana revela que o patrimônio não constitui apenas mecanismo de preservação do passado, mas instrumento ativo de produção da cidade contemporânea. O reconhecimento patrimonial interfere diretamente nas formas de pertencimento, valorização territorial e construção das identidades urbanas.

Conforme Ricoeur (2007), toda memória implica simultaneamente processos de lembrança e esquecimento. Preservar determinadas narrativas significa também relegar outras experiências ao silêncio histórico. O patrimônio, portanto, não apenas materializa memórias: ele organiza hierarquias de visibilidade urbana.

Além da dimensão coletiva, a memória manifesta-se também na experiência cotidiana dos sujeitos com o espaço urbano. O patrimônio é vivenciado corporalmente por meio das práticas sociais, dos deslocamentos urbanos, das experiências afetivas e das formas de apropriação territorial.

Lefebvre (2006) contribui para essa compreensão ao demonstrar que o espaço urbano constitui produto social continuamente produzido pelas relações humanas. O patrimônio integra esse processo como elemento ativo da experiência urbana. A preservação patrimonial não atua apenas sobre edifícios isolados, mas sobre os próprios modos de produção da vida urbana.

Nesse sentido, a ausência de reconhecimento de determinados patrimônios impacta diretamente as formas de pertencimento social. Fanon (1968) demonstra que os processos coloniais produzem efeitos profundos sobre a subjetividade dos sujeitos subalternizados. A invisibilização patrimonial de experiências negras e periféricas interfere igualmente na construção das identidades urbanas e nas possibilidades de reconhecimento dos sujeitos na cidade.

O patrimônio revela-se, portanto, como campo de disputa entre memória, identidade e poder. Sua preservação não pode limitar-se à conservação material de edifícios históricos, mas deve envolver o reconhecimento da pluralidade de experiências urbanas que constituem a cidade contemporânea.

Mais do que conservar objetos do passado, preservar implica disputar narrativas sobre o presente e sobre os futuros possíveis da cidade. O patrimônio cultural configura-se, assim, como instrumento ativo de mediação entre temporalidades, territorialidades e formas de existência urbana.

4 O processo de preservar e o mecanismo da “elite”

A preservação patrimonial costuma ser apresentada institucionalmente como prática universal de proteção da memória coletiva e transmissão de valores culturais entre gerações. Entretanto, uma análise crítica dos processos históricos de institucionalização do patrimônio revela que preservar nunca constituiu ação neutra ou desinteressada. Ao contrário, a preservação cultural sempre esteve vinculada às estruturas de poder responsáveis por definir quais objetos, arquiteturas, espacialidades e experiências históricas seriam reconhecidos como dignos de permanência.

Nesse sentido, preservar não significa apenas conservar materialidades urbanas, mas produzir legitimidade histórica. O patrimônio não preexiste às políticas de preservação; ele é continuamente produzido por elas. O ato de tombar, catalogar, restaurar ou monumentalizar determinados bens implica simultaneamente estabelecer critérios de valor cultural e organizar hierarquias de memória.

No Brasil, a institucionalização das políticas patrimoniais consolidou-se a partir de 1937 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), posteriormente transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Inspirado em modelos europeus de preservação monumental, o órgão estruturou as primeiras políticas nacionais de proteção patrimonial a partir de critérios associados à excepcionalidade artística, à monumentalidade arquitetônica e à construção de uma identidade nacional unificada.

Entretanto, os critérios que orientaram a consolidação inicial do patrimônio brasileiro encontravam-se profundamente vinculados às referências culturais das elites intelectuais e políticas do período. A valorização do barroco colonial, das igrejas monumentais, dos edifícios administrativos e das arquiteturas associadas à herança luso-brasileira contribuiu para consolidar determinada narrativa sobre a formação histórica nacional.

Conforme argumenta Choay (2011), os processos patrimoniais modernos operam frequentemente pela construção de uma ideia de continuidade histórica capaz de estabilizar identidades coletivas. Contudo, essa estabilização depende de operações seletivas que organizam quais memórias serão reconhecidas institucionalmente. O patrimônio transforma-se, assim, em instrumento de legitimação simbólica.

Na cidade do Rio de Janeiro, essa dinâmica manifesta-se de forma particularmente intensa. O centro histórico consolidou-se como principal território das políticas de preservação, concentrando edifícios vinculados às estruturas coloniais, imperiais e republicanas do poder estatal. Igrejas, palácios, praças monumentais e conjuntos arquitetônicos administrativos passaram a representar oficialmente a memória urbana da capital brasileira.

A Praça XV de Novembro evidencia essa lógica. Espaço historicamente relacionado às estruturas de poder colonial e imperial, a região tornou-se símbolo da memória institucional brasileira. Sua monumentalização patrimonial reforçou determinada narrativa histórica centrada na construção do Estado nacional, na herança colonial portuguesa e nas estruturas administrativas do poder.

Entretanto, enquanto determinadas espacialidades urbanas eram reconhecidas como representativas da identidade nacional, outras experiências históricas permaneciam sistematicamente invisibilizadas. Territórios negros, periféricos e populares raramente integravam as políticas patrimoniais tradicionais.

Essa seletividade não pode ser compreendida apenas como limitação técnica ou administrativa. Conforme Quijano (2005), a colonialidade do poder organiza também as formas de produção do conhecimento e da legitimidade cultural. Os critérios de preservação patrimonial permaneceram historicamente vinculados a referenciais eurocêntricos de valor estético, monumentalidade e autenticidade histórica.

Nesse contexto, a preservação patrimonial brasileira consolidou-se como mecanismo de reprodução simbólica das hierarquias sociais e raciais da própria sociedade. O patrimônio reconhecido institucionalmente passou a representar sobretudo a memória das elites urbanas e das estruturas estatais de poder.

O reconhecimento tardio de territórios como a Pequena África e o Cais do Valongo evidencia os limites dessas políticas patrimoniais tradicionais. Apesar de sua importância fundamental para a formação social e cultural da cidade, esses espaços permaneceram durante décadas à margem dos processos oficiais de preservação.

Além disso, os próprios instrumentos de preservação revelam contradições importantes. O tombamento, principal mecanismo jurídico de proteção patrimonial no Brasil, frequentemente opera a partir de uma lógica de cristalização do patrimônio. Determinados bens passam a ser tratados como objetos estáticos, desconectados das transformações sociais e das dinâmicas urbanas contemporâneas.

Essa perspectiva tende a reduzir o patrimônio à dimensão material da conservação arquitetônica, dificultando o reconhecimento de experiências culturais mais dinâmicas, populares e territorializadas. O patrimônio imaterial, as práticas cotidianas, as formas de sociabilidade urbana e as territorialidades negras frequentemente escapam aos critérios tradicionais de preservação.

No plano internacional, organismos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desempenham papel central na definição dos critérios globais de patrimonialização. Embora as convenções internacionais tenham contribuído para ampliar o reconhecimento da diversidade cultural, seus critérios continuam frequentemente associados às ideias de excepcionalidade, autenticidade e monumentalidade.

Conforme apontam diversos autores do campo decolonial, a universalização desses critérios tende a reproduzir modelos europeus de preservação cultural. Determinadas arquiteturas e espacialidades urbanas tornam-se mais facilmente reconhecidas como patrimônio mundial, enquanto outras experiências culturais permanecem submetidas a processos de marginalização institucional.

No caso brasileiro, a incorporação dessas diretrizes internacionais reforçou muitas vezes a centralidade de uma lógica patrimonial baseada na monumentalização do passado. Entretanto, as cidades contemporâneas exigem abordagens mais complexas e dinâmicas de preservação.

A cidade do Rio de Janeiro evidencia intensamente essa tensão. Processos recentes de valorização imobiliária, gentrificação e reestruturação urbana passaram a produzir novas disputas patrimoniais. Áreas historicamente populares tornaram-se objeto de interesse econômico e turístico, provocando simultaneamente reconhecimento cultural e deslocamentos sociais.

Nesse contexto, preservar não pode significar apenas conservar formas arquitetônicas. Torna-se necessário compreender o patrimônio como prática social viva, articulada às experiências cotidianas dos sujeitos e às dinâmicas urbanas contemporâneas. A preservação precisa envolver não apenas edifícios, mas também territorialidades, memórias coletivas, formas de pertencimento e práticas culturais.

Dessa forma, o processo patrimonial revela-se como campo de disputa contínua entre memória, poder e produção espacial. O verdadeiro desafio contemporâneo não reside apenas em ampliar o repertório de bens protegidos, mas em transformar criticamente os próprios fundamentos epistemológicos que historicamente estruturaram as políticas de preservação.

5 A evolução urbana em tensão com o patrimônio: entre preservação, transformação e ressignificação dos signos urbanos

A cidade contemporânea constitui espaço marcado por transformações permanentes. O tecido urbano não se organiza como realidade estática, mas como processo contínuo de reorganização espacial, econômica, política e simbólica. Conforme Lefebvre (2006), o espaço urbano deve ser compreendido como produto social continuamente produzido pelas relações humanas, sendo atravessado por conflitos, disputas e interesses contraditórios.

Nesse contexto, o patrimônio cultural insere-se em uma tensão permanente entre permanência e transformação. A preservação patrimonial não pode ser analisada isoladamente das dinâmicas urbanas contemporâneas, uma vez que os próprios processos de urbanização redefinem continuamente os sentidos atribuídos às espacialidades históricas.

A modernidade urbana consolidou-se historicamente a partir de uma lógica de aceleração do tempo e reorganização constante da cidade. Desde o século XIX, a industrialização, o crescimento demográfico e a expansão capitalista passaram a produzir intensas transformações espaciais, frequentemente associadas à substituição do antigo pelo novo.

Harvey (2005) demonstra que a urbanização capitalista encontra-se profundamente vinculada às dinâmicas de valorização econômica do espaço. A cidade transforma-se em território estratégico de circulação do capital, submetendo bairros, arquiteturas e territorialidades às lógicas da acumulação urbana. Nesse cenário, o patrimônio frequentemente passa a ocupar posição ambígua: ora valorizado como ativo cultural e turístico, ora percebido como obstáculo às dinâmicas imobiliárias contemporâneas.

Na cidade do Rio de Janeiro, essa tensão manifesta-se historicamente em diferentes momentos de reorganização urbana. As reformas de Pereira Passos, no início do século XX, constituem exemplo emblemático desse processo. Inspiradas nos modelos haussmannianos europeus, as intervenções buscaram construir uma imagem moderna e civilizada para a capital brasileira.

A abertura da Avenida Central implicou a destruição de extensas áreas populares do centro da cidade, promovendo simultaneamente monumentalização urbana e expulsão social. O processo de modernização articulou-se diretamente à tentativa de higienização racial e reorganização econômica do espaço urbano.

Entretanto, as tensões entre preservação e transformação não se restringem aos processos históricos de modernização. Nas últimas décadas, o Rio de Janeiro passou por novos ciclos de reestruturação urbana associados à valorização imobiliária, ao turismo global e à preparação para megaeventos internacionais.

Projetos recentes de revitalização urbana, especialmente na região portuária, evidenciam a complexidade dessas disputas. O reconhecimento patrimonial do Cais do Valongo ocorreu simultaneamente aos processos de revalorização econômica da área portuária carioca. O patrimônio passa, então, a integrar não apenas políticas de memória, mas também estratégias contemporâneas de produção de valor urbano.

Essa dinâmica revela importante contradição contemporânea: o patrimônio pode funcionar simultaneamente como instrumento de reconhecimento histórico e como mecanismo de valorização econômica do espaço urbano. A patrimonialização frequentemente transforma determinados territórios em ativos culturais e turísticos, produzindo impactos diretos sobre as populações locais.

Nesse contexto, emerge o risco da gentrificação patrimonial. Processos de revitalização urbana associados ao reconhecimento cultural podem contribuir para o deslocamento das populações historicamente vinculadas aos territórios preservados. O patrimônio torna-se, assim, elemento central das disputas contemporâneas pelo direito à cidade.

Conforme argumenta Smith (2006), o patrimônio não constitui apenas herança cultural, mas também prática social e econômica. Os processos patrimoniais contemporâneos articulam-se diretamente às políticas urbanas, às dinâmicas turísticas e às formas de produção do espaço capitalista.

Entretanto, compreender o patrimônio apenas como objeto de conservação material revela-se insuficiente diante das dinâmicas urbanas contemporâneas. O patrimônio necessita continuamente produzir sentidos para permanecer socialmente relevante. A preservação não pode significar cristalização absoluta do espaço urbano.

A cidade contemporânea exige processos constantes de ressignificação patrimonial. Edifícios históricos, praças, territórios e conjuntos urbanos precisam ser continuamente reinterpretados pelas práticas sociais contemporâneas. O patrimônio permanece vivo justamente porque seus sentidos não são fixos.

Essa perspectiva permite superar a falsa oposição entre preservar e transformar. A permanência do patrimônio depende também de sua capacidade de adaptação às novas formas de experiência urbana. Preservar não implica congelar a cidade no tempo, mas possibilitar que diferentes temporalidades coexistam criticamente no espaço urbano.

Conforme argumenta Ricoeur (2007), a relação com o passado nunca ocorre de forma estática. Toda memória é continuamente reinterpretada a partir das necessidades e disputas do presente. O patrimônio integra esse processo como mediação temporal entre permanência e transformação.

No caso do Rio de Janeiro, essa necessidade de ressignificação torna-se particularmente evidente. Determinados territórios urbanos historicamente invisibilizados passaram recentemente a reivindicar reconhecimento patrimonial e visibilidade simbólica. A Pequena África, por exemplo, deixou de representar apenas território marginalizado da cidade para consolidar-se progressivamente como importante referência da memória afro-brasileira urbana.

Esse movimento revela que o patrimônio não constitui categoria fixa, mas campo dinâmico de disputas narrativas. Novos sujeitos urbanos passam continuamente a reivindicar reconhecimento, memória e pertencimento espacial. Ao mesmo tempo, a cidade contemporânea enfrenta intensos processos de apagamento material da memória urbana. Demolições, especulação imobiliária, abandono institucional e negligência pública contribuem para a destruição de importantes referências patrimoniais.

O incêndio do Museu Nacional, em 2018, constitui episódio emblemático dessa fragilidade estrutural das políticas patrimoniais brasileiras. Mais do que perda arquitetônica ou museológica, o incêndio representou ruptura profunda nos mecanismos de preservação da memória científica, histórica e cultural brasileira.

A tragédia evidencia que o patrimônio não se encontra ameaçado apenas pelas transformações urbanas, mas também pela ausência de políticas estruturais consistentes de preservação. A negligência institucional revela igualmente hierarquias de valor atribuídas às diferentes formas de memória. Nesse cenário, torna-se fundamental compreender o patrimônio como parte integrante das próprias dinâmicas urbanas contemporâneas. A preservação precisa articular conservação, transformação e participação social.

A cidade contemporânea exige políticas patrimoniais capazes de reconhecer a pluralidade de experiências urbanas, incorporando territorialidades periféricas, práticas culturais populares e formas de memória historicamente marginalizadas. O patrimônio deixa, assim, de representar apenas monumentalidade arquitetônica e passa a constituir instrumento de mediação social, política e espacial.

Mais do que proteger objetos isolados, preservar implica construir relações mais democráticas entre memória, cidade e sociedade. O patrimônio revela-se, portanto, como campo estratégico para pensar criticamente as formas contemporâneas de produção do espaço urbano.

6 Morfologia urbana, patrimônio e disputas de visibilidade na cidade contemporânea

A análise do patrimônio urbano no Rio de Janeiro exige também uma leitura morfológica da cidade. O patrimônio não se manifesta apenas como objeto isolado de preservação, mas como elemento integrante da estrutura urbana, interferindo diretamente na organização espacial, nas hierarquias territoriais e nas formas de experiência cotidiana do espaço.

A morfologia urbana permite compreender como determinados tecidos urbanos consolidam centralidades simbólicas enquanto outros territórios permanecem submetidos a processos de marginalização espacial. Conforme as contribuições da escola italiana de morfologia urbana — especialmente Muratori e Caniggia — a cidade deve ser entendida como organismo histórico em contínua transformação, no qual permanências e rupturas coexistem simultaneamente.

Nesse sentido, o patrimônio não constitui apenas vestígio do passado, mas parte ativa da evolução urbana. Determinadas arquiteturas, praças e estruturas territoriais permanecem organizando fluxos, sociabilidades e referências simbólicas mesmo diante das transformações contemporâneas.

No Rio de Janeiro, a monumentalidade do centro histórico contribuiu historicamente para consolidar hierarquias espaciais associadas às estruturas administrativas e econômicas do poder estatal. A concentração de edifícios institucionais, igrejas e marcos urbanos monumentais na região central produziu forte centralidade simbólica vinculada à narrativa oficial da cidade.

Entretanto, outras territorialidades urbanas desenvolveram formas próprias de produção espacial e construção identitária, frequentemente desvinculadas dos mecanismos institucionais de reconhecimento patrimonial. Morros, subúrbios, territórios portuários e áreas periféricas constituíram importantes espacialidades culturais da cidade, embora frequentemente submetidas à invisibilização institucional.

A Pequena África representa exemplo significativo dessa dinâmica morfológica e simbólica. Mais do que território delimitado geograficamente, a região constitui espacialidade cultural produzida pelas experiências negras urbanas, pelas práticas de resistência e pelas formas de sociabilidade afro-brasileiras. O patrimônio da região não se limita às estruturas arquitetônicas preservadas, mas envolve práticas culturais, percursos urbanos, territorialidades afetivas e memórias coletivas.

Essa perspectiva permite compreender que o patrimônio urbano contemporâneo não pode restringir-se à preservação de objetos arquitetônicos isolados. A cidade constitui tecido relacional complexo no qual paisagem, memória, usos sociais e práticas espaciais articulam-se continuamente. Hillier (1996), ao discutir os mecanismos de configuração espacial urbana, demonstra que as estruturas morfológicas influenciam diretamente os modos de circulação, apropriação e interação social na cidade. O patrimônio participa desses processos ao produzir permanências urbanas capazes de organizar percepções, deslocamentos e formas de reconhecimento espacial.

No entanto, as dinâmicas contemporâneas de urbanização frequentemente entram em conflito com essas permanências. Processos de verticalização, especulação imobiliária e reestruturação territorial alteram profundamente os tecidos urbanos históricos, produzindo rupturas nas relações entre memória, paisagem e experiência urbana.

O avanço das lógicas neoliberais de produção da cidade intensificou essas transformações. Conforme Harvey (2005), a urbanização contemporânea tornou-se mecanismo central de absorção do capital excedente, submetendo os espaços urbanos às dinâmicas da valorização econômica. O patrimônio passa, então, a integrar estratégias de marketing territorial, turismo cultural e produção de valor imobiliário.

Nesse cenário, determinadas áreas patrimonializadas tornam-se simultaneamente espaços de reconhecimento histórico e de disputa econômica. A valorização simbólica do patrimônio frequentemente produz valorização financeira do território urbano, desencadeando processos de elitização espacial e deslocamento populacional. A região portuária do Rio de Janeiro evidencia claramente essa contradição. A revitalização urbana da zona portuária articulou simultaneamente: reconhecimento patrimonial; valorização turística; reestruturação imobiliária; produção de novas centralidades urbanas.

Entretanto, tais processos também produziram tensões relacionadas à permanência das populações historicamente vinculadas ao território. O patrimônio transforma-se, assim, em campo de disputa entre memória, mercado e direito à cidade.

Conforme Smith (2006), o patrimônio contemporâneo deve ser compreendido menos como conjunto de objetos estáticos e mais como prática cultural continuamente negociada. O significado patrimonial não reside apenas nos bens preservados, mas nas relações sociais e políticas produzidas em torno deles. Essa perspectiva desloca o patrimônio de uma lógica exclusivamente monumental para uma abordagem relacional e territorial. Preservar implica compreender os vínculos entre arquitetura, paisagem, memória e experiência urbana.

Ao mesmo tempo, torna-se necessário reconhecer que a própria ausência patrimonial também produz efeitos morfológicos e simbólicos. Vazios urbanos, demolições e apagamentos espaciais organizam as formas de percepção da cidade, produzindo rupturas nos mecanismos coletivos de reconhecimento urbano. O patrimônio revela-se, portanto, como elemento estruturante da experiência espacial contemporânea. Sua preservação — ou destruição — interfere diretamente nas formas pelas quais os sujeitos percebem, habitam e significam a cidade.

Nesse contexto, a construção de políticas patrimoniais mais democráticas exige abordagens capazes de integrar: morfologia urbana; memória coletiva; territorialidade; justiça espacial; participação social. O patrimônio deixa de representar apenas herança histórica e passa a constituir instrumento estratégico para pensar criticamente os próprios modelos contemporâneos de produção urbana.

6.1 Patrimônio, direito à cidade e justiça espacial

As disputas patrimoniais contemporâneas articulam-se diretamente às discussões sobre direito à cidade e justiça espacial. O reconhecimento — ou não reconhecimento — de determinadas territorialidades urbanas interfere diretamente nas possibilidades de pertencimento, representação e participação dos sujeitos na vida urbana.

Conforme Lefebvre (2001), o direito à cidade não se limita ao acesso físico aos espaços urbanos, mas envolve a possibilidade de participação ativa na produção e transformação da cidade. O patrimônio integra esse debate ao organizar formas de reconhecimento simbólico e legitimidade espacial.

Nesse sentido, as políticas patrimoniais podem operar tanto como mecanismos de democratização da memória urbana quanto como instrumentos de reforço das desigualdades existentes. A definição daquilo que merece ser preservado influencia diretamente os regimes de visibilidade da cidade. Territórios historicamente marginalizados frequentemente enfrentam duplo processo de exclusão: exclusão material das políticas urbanas; exclusão simbólica das narrativas patrimoniais oficiais.

A ausência de reconhecimento patrimonial interfere diretamente nas formas de pertencimento coletivo e nas possibilidades de representação social desses grupos urbanos. A discussão sobre justiça espacial torna-se, portanto, central para a compreensão das políticas patrimoniais contemporâneas. Conforme Soja (2010), as desigualdades espaciais não constituem apenas reflexos das desigualdades

sociais, mas elementos ativos de sua reprodução. O patrimônio urbano participa dessas dinâmicas ao contribuir para valorizar determinados territórios enquanto outros permanecem submetidos à negligência institucional.

No caso do Rio de Janeiro, a distribuição desigual dos investimentos urbanos e patrimoniais evidencia essas assimetrias espaciais. Enquanto determinadas áreas centrais recebem intensa valorização cultural e turística, muitos territórios periféricos permanecem desprovidos de políticas estruturais de preservação e reconhecimento.

Entretanto, movimentos sociais, coletivos culturais e organizações comunitárias passaram recentemente a reivindicar novas formas de reconhecimento patrimonial. A emergência de políticas voltadas à memória negra, aos patrimônios periféricos e às territorialidades populares evidencia importantes deslocamentos no campo patrimonial brasileiro. Essas reivindicações revelam que o patrimônio não constitui apenas questão técnica ou institucional, mas arena política de disputa por memória, representação e direito à cidade.

Dessa forma, pensar criticamente o patrimônio contemporâneo implica reconhecer que a preservação cultural encontra-se inseparavelmente articulada às lutas urbanas por justiça espacial, reconhecimento social e democratização das formas de produção da cidade.

7 Conclusão

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite compreender que o patrimônio cultural não pode mais ser reduzido à condição de simples conjunto de bens herdados destinados à conservação material do passado. O patrimônio revela-se como processo profundamente atravessado por disputas políticas, relações de poder, mecanismos de legitimação simbólica e conflitos urbanos que estruturam as formas contemporâneas de produção da memória coletiva.

No contexto da cidade do Rio de Janeiro, tais disputas tornam-se particularmente evidentes. A formação histórica da cidade, marcada pela escravidão atlântica, pelas desigualdades socioespaciais e pelos sucessivos processos de modernização urbana, produziu um patrimônio profundamente seletivo. Determinadas arquiteturas, territorialidades e narrativas urbanas foram monumentalizadas e incorporadas às políticas oficiais de preservação, enquanto outras experiências históricas permaneceram submetidas a processos contínuos de invisibilização.

A análise da Praça XV, da Pequena África e do Cais do Valongo evidencia que o patrimônio urbano carioca não constitui representação neutra da memória coletiva, mas resultado de operações históricas de seleção e legitimação. O reconhecimento tardio de territórios negros fundamentais para a constituição cultural da cidade revela os limites epistemológicos e políticos das práticas patrimoniais tradicionais.

A perspectiva decolonial mostrou-se fundamental para compreender essas dinâmicas. A colonialidade do poder, conforme discutida por Quijano (2005), permanece estruturando as formas contemporâneas de produção do conhecimento, da memória e das hierarquias urbanas. O patrimônio cultural participa diretamente desses processos ao organizar regimes de visibilidade e reconhecimento espacial.

Nesse sentido, a preservação patrimonial não pode ser compreendida apenas como prática técnica de conservação arquitetônica. Preservar implica selecionar narrativas, organizar memórias e produzir pertencimentos urbanos. O patrimônio atua simultaneamente como instrumento de reconhecimento cultural e como mecanismo potencial de exclusão simbólica.

A articulação entre patrimônio, racismo estrutural e produção do espaço revelou-se igualmente central para a compreensão das dinâmicas urbanas cariocas. As políticas patrimoniais historicamente privilegiaram espacialidades associadas às elites políticas e econômicas, enquanto territórios negros, periféricos e populares permaneceram frequentemente marginalizados.

Entretanto, o artigo demonstrou também que o patrimônio constitui campo dinâmico de disputa e ressignificação. As transformações recentes nas políticas culturais e nas reivindicações urbanas contemporâneas evidenciam o surgimento de novas disputas por memória, reconhecimento e direito à cidade.

A ampliação das discussões sobre patrimônio imaterial, territorialidades negras, memória da escravidão e justiça espacial indica importantes deslocamentos epistemológicos no campo patrimonial. Novos sujeitos urbanos passaram a reivindicar visibilidade histórica e reconhecimento institucional, tensionando as estruturas tradicionais de preservação.

Contudo, os desafios contemporâneos permanecem significativos. A intensificação das dinâmicas de valorização imobiliária, gentrificação urbana e mercantilização cultural produz novas formas de instrumentalização do patrimônio. A patrimonialização pode operar simultaneamente como mecanismo de reconhecimento histórico e como estratégia econômica de produção de valor urbano.

Dessa forma, torna-se fundamental construir abordagens patrimoniais capazes de articular preservação, transformação urbana e justiça social. O patrimônio precisa ser compreendido como prática social viva, integrada às experiências cotidianas dos sujeitos e às dinâmicas contemporâneas da cidade.

Mais do que conservar objetos isolados, preservar implica reconhecer a pluralidade de memórias, territorialidades e experiências urbanas que constituem a cidade contemporânea. O verdadeiro desafio patrimonial do tempo presente não reside em congelar o passado, mas em construir formas mais democráticas, inclusivas e críticas de relação entre memória, cidade e sociedade.

Assim, o patrimônio cultural revela-se não apenas como herança histórica, mas como instrumento ativo de produção do espaço urbano contemporâneo. Pensar criticamente o patrimônio significa, portanto, disputar os próprios sentidos da cidade, da memória coletiva e dos futuros urbanos possíveis.

Referências

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros. São Paulo: Edameris, 1964.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.
- CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7–28, 1993.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. London: Routledge, 2006.

Sobre o Autor

Diego Ramos é Arquiteto e Urbanista e Cenógrafo. Professor do Centro Universitário UNILASALLE-RJ (Cursos reconhecidos como nota MÁXIMA, cinco, do MEC, Arquitetura e Urbanismo e Publicidade e Propaganda). Doutor em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - EAU/ UFF com bolsa CNPq, tendo seus estudos focados na cidade como cenário vivo de manifestações sócio-culturais, a partir de seu patrimônio material e imaterial, símbolos e poderes e memórias evocadas. Mestre em Urbanismo pelo PROURB (Programa de Pós- Graduação em Urbanismo) - FAU/ UFRJ com bolsa "Aluno Nota Dez" da FAPERJ. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e tendo cursado dois semestres de intercâmbio acadêmico na Universidad de Chile, em Santiago. Adquirindo conhecimentos de especialista em Sismos (Terremotos), premiado no Concurso CHC 2010 da Bienal Internacional de Arquitetura em Santiago do Chile com o projeto: "ESPACIO T" (Planejamento Urbano da Cidade em casos de Catástrofes). Tendo sido Arquiteto - Gestor de Projetos da TV Globo/ Metroll. Microempresário, Diretor e ator teatral formado pelo SATED - RJ atua, ainda, como: cenógrafo, figurinista, produtor e professor de Teatro da CIA JUKAH DE TEATRO e da Academia DEVANT Espaço de Dança. Cenógrafo de diversos espetáculos teatrais e eventos privados. Fundador e Microempreendedor da Cia JUKAH de Teatro, premiada pela relevância no cenário cultural da Cidade de Niterói pela Câmara Municipal da Cidade com o Diploma Nicette Bruno.

Contribuição do Autor

Conceituação, metodologia, software, validação, análise formal, investigação, recursos, curadoria de dados, redação—preparação do rascunho original, redação—revisão e edição, visualização, [D.M.S.R.].

Agradecimentos

Dedico este artigo ao meu avô, que me ensinou a olhar a cidade com afeto, leveza e atenção. Nas muitas idas e vindas de ônibus, nas caminhadas e conversas simples pelas ruas, aprendi que a cidade é feita de memórias, encontros e permanências. Com ele, o espaço urbano tornou-se vivo, a memória ganhou potência e o amor encontrou formas de permanecer no tempo.

Conflitos de Interesse

O autor declara não haver conflitos de interesse.

Sobre a Coleção Estudos Cariocas

A Coleção Estudos Cariocas (ISSN 1984-7203) é uma publicação de estudos e pesquisas sobre o Município do Rio de Janeiro, vinculada ao Instituto Pereira Passos (IPP) da Secretaria Municipal da Casa Civil da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Seu objetivo é divulgar a produção técnico-científica sobre temas relacionados à cidade do Rio de Janeiro, bem como sua vinculação metropolitana e em contextos regionais, nacionais e internacionais. Está aberta a quaisquer pesquisadores (sejam eles servidores municipais ou não), abrangendo áreas diversas - sempre que

atendam, parcial ou integralmente, o recorte espacial da cidade do Rio de Janeiro.

Os artigos também necessitam guardar coerência com os objetivos do Instituto, a saber:

1. Promover e coordenar a intervenção pública sobre o espaço urbano do Município;
2. Prover e integrar as atividades do sistema de informações geográficas, cartográficas, monográficas e dados estatísticos da Cidade;
3. Subsidiar a fixação das diretrizes básicas ao desenvolvimento socioeconômico do Município.

Especial ênfase será dada no tocante à articulação dos artigos à proposta de desenvolvimento econômico da cidade. Desse modo, espera-se que os artigos multidisciplinares submetidos à revista respondam às necessidades de desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro.